



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

COMUNICADO NACIONAL

Tem-se vivido, nos últimos meses, um período em que os boatos têm sido difundidos por todas as unidades militares com uma amplitude e uma frequência de que não há memória.

Esta onda de boatos não é de todo, nem inocente nem ingénua. Surge num período de grande dinamização associativa e, simultaneamente, quando importantes documentos legislativos estão em sede de alteração e mesmo em fase terminal.

Não é ingénua nem inocente porque visa, numa primeira fase criar expectativas que depois não se vêm a concretizar, gerando assim um sentimento de frustração nuns e uma justa indignação em quase todos, para, numa segunda fase, e aproveitando os sentimentos existentes, procurar empurrar a ANS para situações aventureiristas e radicais que a conduzam à derrota, e por força de razão, ao descrédito, quer junto dos Sargentos quer dos órgãos do poder.

A ANS, consciente das suas responsabilidades, tudo tem feito para dar combate a esta vaga de boatos, mas convenhamos, tem sido difícil!

Por um lado, porque, apesar dos males que provoca à instituição militar, temos sido uma voz quase totalmente isolada no combate. Por outro, porque ainda um boato não foi derrotado, já outros surgem com intensidade, argumentos e trama renovados, tornando este combate profundamente desigual e desgastante.

Desenganam-se porém o seus autores, produtores e intérpretes pois à impaciência e ao desespero nunca nos levarão. Podemos-nos cansar mas não desistiremos do combate, porque exaustos, nunca!

A ANS tudo tem feito para que a indignação instalada no seio da Família Militar seja contida dentro do razoável e sempre dentro do espírito da disciplina, na elevação e no respeito. A ANS tudo fará para que esta atitude se mantenha. Mas não aceitamos ser os únicos responsáveis pela contenção e pela disciplina nem ficar com o ónus de culpas que não temos e de prejuízos para os quais não contribuimos nem fomos chamados a pronunciarmo-nos.

A ANS contribuiu de forma elevada com um MEMORANDO sobre os vencimentos com críticas sérias e honestas à proposta inicial dos CEM, tal como as restantes associações militares o fizeram. As críticas das associações levaram a que, em Dezembro de 98, os CEM reformulassem a sua proposta atendendo já a algumas das críticas, tidas como justas.

Entretanto o MDN já tinha anunciado que o problema estaria resolvido, primeiro em OUT98, depois no fim do ano, mais tarde em JAN99, a seguir em Março99, e o que se verifica é que, não só não está resolvido como começa a desenhar-se a hipótese de este problema ser usado eleitoralmente, misturando matéria de Defesa Nacional com jogos e interesses partidários.

Em 27JAN99 a ANS entregou ao chefe de gabinete do MDN uma declaração apoiada em 2641 assinaturas em que os sargentos, todos do activo e dos três ramos das FFAA, declaravam o seu apoio inequívoco às posições da ANS quanto ao art. 31º da LDNFA e ao sistema retributivo. Na mesma data o CCEM aprovou e entregou ao MDN a sua nova proposta de vencimentos. Portanto desde essa data que o Sr Ministro tem todas as condições para decidir sobre a matéria.

Entretanto surgiu também a discussão do EMFAR. Também este assunto foi tratado de forma sigilosa, sem o contributo dos órgãos representativos dos ramos nem das associações militares. E mais uma vez se viu o resultado. Mais um motivo de preocupação e de indignação porque quando se conheceu o seu conteúdo se verificou, que afinal o que se tinha produzido e está em vias de consumação, é um retrocesso funcional e uma desvalorização funcional, incompatíveis com a estrutura militar e com consequências previsíveis, negativas, nos aspectos disciplinares.

A ANS, com o intuito de contribuir construtivamente e de demonstrar de forma serena a determinação dos sargentos, comemorou O 31 de Janeiro em 11 cidades de todo o país. Nessas iniciativas

ficou bem patente, e publicamente, por um lado o empenho, e por outro o descontentamento dos sargentos pelo modo como estavam a ser tratados.

Verificou-se que o MDN não só não inflectiu na sua política, como não resolveu o problema dos vencimentos e manteve em segredo a sua proposta de revisão do EMFAR.

Em virtude desta postura a ANS, dando resposta ao anseio dos sargentos, e dentro da sua atitude de manter a indignação dentro de formas de manifestação dignas e dignificantes, iniciou por todo o país uma série de Encontros Nacionais e Regionais com sargentos dos três ramos. Em todos os encontros foram aprovadas resoluções tendo a primeira sido entregue ao chefe de gabinete do MDN no início de Março.

Tudo temos feito para que o Governo possa decidir sem os constrangimentos inerentes a manifestações da indignação públicas e espantosas. Mas também temos sentido que somos os únicos a travar este combate, contra equipas sem rosto, acobertadas e alimentadas por informações distorcidas e venenosas.

Os sargentos são homens disciplinados e disciplinadores, que têm um compromisso de honra com a disciplina. Mas porque são homens de honra, não podem deixar de estar indignados e descontentes com os seguintes factos:

- O retrocesso funcional e a desvalorização profissional em vias de consumação através do RGSNT e da caracterização funcional das classes de sargentos incluída no EMFAR;
- A falta de medidas que rejuvenesçam os quadros dando perspectivas de carreira aos sargentos e o tratamento desigual entre ramos e entre categorias militares, configurando inconstitucionalidades;
- A falta de mecanismos de diálogo e consulta durante o processo;
- O atraso e sucessivo adiamento da revisão dos vencimentos que tem provocado uma tão grande onda de boatos que se traduz em frustração, desmotivação e revolta em todos militares, e provocando ainda uma maior desvalorização do nível de vida das nossas famílias.

Porque somos homens de honra, disciplinados e disciplinadores, não podemos abdicar do direito de lutar para não retroceder funcionalmente e ser desvalorizados profissionalmente; do direito de lutar por uma perspectiva de carreira digna e dignificante; do direito de não permitirmos que decidam por nós "*o que é melhor para nós*"; dos direitos constitucionais de exigirmos um tratamento igual e de sermos ouvidos nas matérias que nos dizem respeito; do direito de lutar pela valorização do nível de vida da nossa família.

Porque somos homens de honra, disciplinados e disciplinadores não abdicamos do direito à indignação!

A direcção
da
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Lisboa, 5 de Maio de 1999

